

**O SABER MÉDICO NA DIALÉTICA DA SALVAÇÃO:
Controle e utopia do poder medicalizante**

André Sousa Trindade

Graduando de 3º período do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Campus de São Bernardo.
Integrante do Grupo de Pesquisa NEO-BIO: Ontologia, Corpo e Biopolítica.
andrelucasst@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo utiliza como fundamento teórico a análise sobre o saber médico realizada no livro de Michel Foucault *O nascimento da clínica* e a conferência de 1974, *A crise da medicina ou antimedicina. A priori*, partirei das seguintes premissas: a construção hegemônica do saber médico a partir do fim do século XVIII; e do poder que a medicina através do saber médico passou a exercer sobre os corpos doentes e não-doentes, alterando assim, a própria estrutura da vida, forçando os corpos à uma reconfiguração de corporeidade vigente na modernidade. Em suma, analisaremos o saber médico frente ao seu processo histórico e como esse saber apropriou-se de áreas externas à medicina influenciando diretamente na criação de políticas públicas, e na própria economia. É de vital interesse objetivar e problematizar todo o arcabouço medicinal, e mostrar uma dualidade nociva, de interesses políticos e econômicos, que são adeptos de uma dialética constante entre salvação, controle e utopia da vida.

Palavras-chave: Foucault; Medicina; Saber médico; Corpo.

**MEDICAL KNOWLEDGE IN THE DIALECTIC OF SALVATION:
Control and utopia of medicalizante power**

ABSTRACT

This article uses the theoretical basis for analysis of medical know held in Michel Foucault's book *The Birth of the Clinic* and the 1974 conference, *The crisis of medicine or antimedicina. A priori*, leave the following assumptions: the hegemonic construction of medical knowledge from the late eighteenth century; and power that medicine through medical know began to exert on sick bodies and non-patients, thus changing the very structure of life, forcing the body to a reconfiguration of the current embodiment of modernity. In short, we analyze medical know against its historical process and how this know appropriated outdoors medicine directly influencing the creation of public policies, and the economy itself. It is of vital interest to objectify and discuss all the medical framework, and show a harmful duality of political and economic interests, which are adherents of a constant dialectic between salvation, control and utopia of life.

Keywords: Foucault; Medicine; Medical Knowledge; Body.

**CONOCIMIENTO MÉDICO EN LA DIALÉCTICA DE LA SALVACIÓN:
Control y utopía de el potencia medicalizante**

RESUMEN

este artículo utiliza como base el análisis teórico sobre el médico de saber en el libro de Michel Foucault *el nacimiento de la clínica* y la Conferencia de 1974, *crisis médicas o antimedicina*. A priori, deixo las siguientes premisas: la construcción hegemónica del médico de finales del siglo XVIII; y la potencia que el medicamento a través del saber médico comenzó a ejercer en cuerpos pacientes y no pacientes, cambiando a la estructura de la vida, obligando a sus cuerpos a una reconfiguración de la corporalidad existente en la modernidad. En definitiva, a mirar el saber médico frente a su proceso histórico y cómo este conocimiento apropiado de áreas fuera de la medicina que directamente influyen en la creación de políticas públicas y la economía. Es de vital interés para objetivar y discutir cualquier fondo médico y mostrar una dualidad perjudicial, de intereses políticos y económicos que son partidarios de una dialéctica entre la salvación, el control y la utopía de la vida.

Palabras clave: Foucault; Medicina; Sabe a doctor; Cuerpo.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos todo o arcabouço do discurso médico atual percebemos como ele está inserido em todas as áreas da vida social, passando, assim, a determinar, através do discurso científico, como o indivíduo deve viver e cuidar do seu corpo desejável e indesejável, forçando-o a uma nova reconfiguração da vida. Quando nos deparamos com algumas questões Foucaultiana de análises sobre o poder que o médico veio adquirindo dentro da clínica desde meados do século XVIII, identificamos o quanto a medicina se apropriou do bem inalienável – a vida de cada indivíduo. Algo interessante mencionar sobre o tema desta pesquisa *O saber médico na dialética da salvação: controle e utopia do poder medicalizante*, é que se a medicina do século XVIII se apropriava dos corpos doentes, mostrando uma possível cura, a medicina atual ou biomedicina se apropriou dos corpos saudáveis, inculcando em cada indivíduo que o mesmo é um doente em potencial e precisa de uma contínua manutenção de sua vida. Noutras palavras, os interesses políticos, econômicos e as técnicas de controle são camuflados pelo discurso de vida saudável anunciado pela medicina. Nestes termos, o objetivo deste artigo foi o de analisar como o saber médico, fundamentado na cientificidade da medicina, passou a controlar os corpos e a intervir na criação das políticas públicas com uma suposta utopia de vida saudável.

AVANÇO MÉDICO E UTOPIA DO PODER MEDICALIZANTE: biotecnologias, salvação ou utopia da vida?

À luz foucaultiana, o saber médico desde meados do século XVIII e, especialmente, no início do século XIX, adquiriu progressivamente uma hegemonia sobre os corpos dos

doentes. Na obra *O nascimento da clínica*, Foucault analisou as transformações ocorridas no campo do saber médico e nas relações médico e doente e a própria doença. O saber médico estava pautado num empirismo, pode-se conjecturar e dizer também que estava condicionado a um voyeurismo. Segundo o filósofo francês, o médico deveria abstrair o doente, ou seja, tinha que conhecer a doença constitutiva no corpo do indivíduo, para a mesma lhe conduzir à cura, e esse *conhecer* (por isso a menção ao termo “voyeurismo”) porque se dava através de uma introspecção sobre o indivíduo, para começar uma cartografia dos efeitos da doença. Se o corpo doente resistisse ao tratamento, ou até mesmo, a demora da percepção médica, tal corpo tinha pressupostos de uma saída do hospital, sendo que o saber médico não disponibilizava de uma exatidão nos resultados analisados. É no cerne do processo histórico em meio à passagem do século XVIII para o XIX, que a medicina começa a se estabelecer estruturalmente numa racionalidade mais lógica, pautada numa linguagem objetiva e direta.

[...] esta nova estrutura se revela, mas certamente não se esgota na mudança ínfima e decisiva que substituiu a pergunta: “*o que é que você tem?*”, por onde se começava, no século XVIII o diálogo entre médico e doente, com sua gramática e seu estilo próprio, por esta outra que reconhecemos o jogo da clínica e o princípio de todo o seu discurso: “*onde lhe dói?* [...]” (FOUCAULT, 1977, p. 17-18, grifos nosso).

Toda essa reorganização trouxe um peso ao olhar clínico do médico, se antes ele perguntava o que era que o doente tinha, após o início da catalogação das doenças e de seus supostos sintomas, o saber médico acentuou-se em pré-coeficientes das doenças. Para cada dor, o médico já tinha uma noção, baseado nos quadros de doenças, que passaram a ser partes constitutivas dessa reorganização. Deu-se, assim, uma potencialização, não só ao conhecimento médico, mas também sobre o discurso referente à doença e seus sintomas. Não se trata de uma mudança generalizadora na área do saber médico, mas, numa reconfiguração na própria metodologia. Foucault (1977, p. 7) cita que: “[...] o conhecimento das doenças é a bússola do médico; o sucesso da cura depende de um exato conhecimento da doença [...]”.

É no cerne da construção histórica da própria medicina, na esteira política e econômica, que o saber médico toma proporções ainda maiores. Com a medicina do século XIX abre-se uma nova forma de medicalizar; o saber médico no espaço clínico passa a se estruturar e a ganhar forças, concedendo ao médico o poder de controlar os corpos doentes, como frisa Foucault (1977, p. 60): “[...] é na clínica, se dizia, que a medicina havia encontrado sua possibilidade de origem [...]”. Com toda essa reestruturação histórico-

conceitual, tanto do sujeito quanto do objeto, o hospital adquiriu o poder de medicalizar os corpos sob as rédeas governamentais. Se antes o hospital era tido como uma instituição de caridade a cargo dos religiosos, agora, o Estado passa a deter tal poder de salvar os corpos da morte e das doenças.

Observa-se que a medicina no século XX apoderou-se de todas as áreas da sociedade, não como medicina voltada às classes periféricas da humanidade, mas como uma área do saber médico. Saiu do modelo tradicional, da simples medicalização dos corpos doentes, tão comum nos séculos XVIII-XIX, para assumir o papel sob as rédeas do Estado, de medicar de forma preventiva os corpos saudáveis, exercendo assim um controle sobre a subjetividade, impedindo que o indivíduo decida por si próprio o que fazer do seu corpo, sem a interferência coercitiva do saber médico.

A história do corpo no século XX é a de uma intervenção crescente da medicina, enquadrando os acontecimentos comuns da vida, deslocando os prazos e multiplicando as possibilidades. No decorrer dos dois primeiros terços do século, a medicina, fiando-se em seus sucessos na exploração do corpo e no prolongamento da vida, parecia estar a ponto de conquistar um quase-monopólio na gestão do corpo e no desvendamento de seus segredos. ***Seu domínio aumentou ainda mais com a extensão de suas intervenções fora do domínio da doença propriamente dita [...]***, (MOULIN, 2008, p. 79-80, grifo nosso).

Essa migração da medicina para outras áreas da sociedade impulsionou o mercado farmacológico em todo o mundo. A medicina saiu do âmbito fechado dos altos muros dos antigos hospitais do século XVIII e assumiu o papel político e econômico que condiciona o indivíduo a se incomodar com seu corpo magro ou gordo, que não está mais se enquadrando no projeto cartográfico de corpo contemporâneo, passando a agir com base nos parâmetros do saber médico, outorgados pelo Estado, que deu autonomia à medicina para determinar a vida, ou melhor, dar pressupostos de uma vida melhor sem doença.

Já na segunda metade do século XX surge um novo conceito, “o direito de estar doente” (FOUCAULT, 2010, p. 169), direito este que há séculos o trabalhador não tinha. O direito de ficar doente significa uma revolução no esquema operário e trabalho, pois a medicina passa a mediar a relação entre o indivíduo e o capital. É com a criação do plano Beveridge, elaborado em 1942, que se iniciou uma macroeconomia, no qual o Estado passaria a se encarregar da saúde dos corpos. Foucault (2010) chama isso de *medicina de Estado*. Se antes, afirma Foucault, o Estado se preocupava com a saúde para manter o indivíduo com sua força física saudável para o trabalho e o serviço militar, estando condicionado a fins nacionalistas, com a criação do plano Beveridge abre-se uma dualidade estatal de fins políticos e econômicos, como também o direito de o homem manter seu

corpo saudável. Adentra-se, assim, em uma escravidão voluntária, tendo como base o discurso sobre a nova concepção de vida, fundada sob esse novo conceito de saúde e envolto no âmbito da política e da economia do corpo contemporâneo.

O século XX trouxe como marca central a ideia de saúde, libertando-se totalmente do conceito doença, para atingir uma supremacia sobre os corpos. Foucault afirma que, com a criação do plano Beveridge, consolida-se não o direito à vida, mas um direito diferente, mais rico e complexo: o direito à saúde. Não se trata do direito de ficar doente quando quiser, porém, do direito à saúde, uma dimensão que o próprio Estado se encarregou de criar, iniciando, assim, como afirma Foucault (2010), uma nova moral, uma nova política, uma nova economia do corpo. É usando esse “direito à saúde”, encucado ideologicamente pelo Estado na esteira da medicina, que os corpos passam a ser simples marionetes sem decisão própria, tendo sua autonomia esmagada pelo rolo compressor do saber médico, cujo processo construtivo de sua subjetividade é turbinado por literaturas e propagandas de incentivo para que o indivíduo melhore seu corpo.

Foucault diz que, desde o século XIX, surgiu em todo o mundo uma copiosa literatura sobre saúde. E o que é mais interessante, o Estado injetava nas massas toda essa literatura de forma coercitiva e persuasiva, ditando as obrigações de cada indivíduo com a sua saúde e com a saúde da sua família, trazendo para o âmago central da medicina o conceito de limpeza e higiene, conceito que a Europa, como substrato do debate, desconhecia em séculos anteriores, tendo que se enquadrar nessa nova forma de vida saudável. Em suma, as grandes empresas farmacêuticas passam a lucrar gradativamente com essa nova concepção do corpo perfeito, o qual transcendeu o conceito doença, passando a propagar um novo conceito de melhoria do próprio corpo saudável que está deixando de corresponder às premissas corporais da contemporaneidade, precisando de reparos continuamente.

A medicina de Estado iniciou uma cartografia da saúde, mapeando os aspectos da vida humana e criando para cada distúrbio biológico nos corpos, procedimentos preventivos para lograr uma vida melhor. Desde o nascimento, a criança já passa por um processo preventivo de vacinas sequenciais instituído pelo Estado e fiscalizado por agentes da saúde, até ela alcançar certa idade, garantindo, assim, uma boa saúde física.

A (OMS) Organização Mundial de Saúde trouxe uma definição de saúde “[...] como estado de completo bem-estar físico, mental, social [...]” (MOULIN, 2008, p. 18), algo que se tornou referência mundial. Com tal definição, as várias ramificações de controle preestabelecidos pela OMS para determinar o corpo saudável, o indivíduo precisa estar

bem fisicamente, e ulteriormente, mental e social, ficando condicionado a um processo contínuo de check-ups, independentemente de estar doente ou não. O poder médico não se restringe mais ao tradicional, mas passou a se estender ao meio social; o médico passa a regulamentar as leis sociais e a ser um conhecedor dos problemas sociais, um engenheiro social.

O saber médico, a cada dia mais fragmentado, age crescentemente fora de sua área tradicional, passando a interferir no meio social e na própria criação de políticas públicas. Desde o nascimento, o indivíduo já é membro constitutivo de uma série de requisitos que o obriga a cumprir passo a passo. É a partir de tais levantamentos de informações que o Estado começa a desenvolver as inúmeras políticas públicas que abrangem todos os âmbitos da vida dos corpos. Ou seja, o Estado assumiu a responsabilidade de cuidar dos corpos, mas, ao mesmo tempo, um *cuidado dual*, camuflado sobre interesses políticos e técnicas de controle.

A medicina na atualidade assenta-se na renovação preventiva da espécie humana e, partindo da premissa prevenção, a medicina do século XX passou a se debruçar na antecipação dos diagnósticos. Até que ponto o avanço medicinal contribuirá para a seguridade da espécie humana? Também pode-se perguntar: o saber médico passou a manipular o biológico e o social, com o intuito de melhorar a vida dos indivíduos, ou para lucrar com os corpos indesejados? E, por esse viés, chegamos a essa questão: será que a medicina está alcançando um patamar de hegemonia sobre a vida ou está tornando os corpos membros constitutivos de uma escravidão voluntária?

O médico da atualidade passou a deter *a verdade*, ou seja, ninguém discorda do saber científico do médico; os corpos não passam de simples máquinas com defeitos à espera de reparos. Os corpos na modernidade passaram a ser docilizados e controlados pelo saber médico. Foucault (2010) chega a dizer que só outro saber médico pode contestar o saber médico; o indivíduo por si só não tem argumento para contestar tal poder construído sob uma suposta cientificidade infável e incompreendida pela massa humana. Se um corpo adocece, logo é encaminhado ao hospital para estar sob a supervisão do saber médico, onde o mesmo gozando de uma autonomia fará uma medicalização em cima dos diagnósticos detectados nos procedimentos médicos. Ao sair do hospital, o indivíduo terá que obedecer, com exatidão, o que o médico lhe receitou, ficando condicionado pelo discurso da cura de seus males. Por esse viés pode-se perceber que houve uma mudança no papel do hospital, mesmo que superficial. Foucault (2010) comenta que, já em meados do século XVIII, a medicina veio adquirindo força suficiente para que o doente saísse do hospital com vida; o

filósofo afirma que os doentes entravam nos hospitais não para serem curados de suas moléstias, mas para morrerem, causa esta atribuída as técnicas médicas rudimentares frente às doenças. O hospital, segundo Foucault, era um *verdadeiro morredouro*.

[...] A medicina matava porque o médico era ignorante ou porque a própria medicina era ignorante; não era uma verdadeira ciência, mas apenas uma rapsódia de conhecimentos mal fundados, mal estabelecidos e verificados. A nocividade da medicina era avaliada em proporção à sua não-cientificidade. [...]. Até a metade do século XVIII, ninguém saía do hospital. Ingressava-se nele para morrer. A técnica médica do século XVIII não permitia que o indivíduo hospitalizado abandonasse a instituição com vida. (FOUCAULT, 2010, p, 174, 177).

Esta inversão no papel do hospital mostra o quanto a medicina avançou, como também se apossou dos corpos. Em outras palavras, todos somos ou parecemos doentes em potencial para o médico; se em casa estamos saudáveis, basta uma ida ao médico, num desses check-ups, para voltarmos para nossas casas doentes, e, ainda, com uma lista enorme de exames preventivos requisitados pelo médico. É interessante destacar até que ponto estamos submetidos à medicina; de uma forma ou de outra somos obrigados a nos prevenir, ou seja, fazer exames para detectar doenças que poderão surgir. A medicina não é neutra e com todo o aparato tecnológico tornou-se ainda mais nociva, na concepção de Foucault (2010): “se antes o perigo estava em não saber, na contemporaneidade está no próprio saber”. Afirma Foucault (2010, p. 179), “o saber é perigoso não somente por suas consequências imediatas do nível no indivíduo ou de grupos de indivíduos, mas na própria história. Esta é uma das características da crise atual da medicina”.

[...] a medicina mata, sempre matou e sempre se teve consciência disso. O importante é que, até tempos recentes, os efeitos negativos da medicina se mantinha escritos no registro da ignorância médica. [...] o que aparece desde o começo do século XX é o fato de que a medicina pode ser perigosa não na medida de sua ignorância e falsidade, mas na de seu saber, na medida em que ela constitui uma ciência (FOUCAULT, 2010, p.174)

Não se pode pensar a autonomia do saber médico moderno de forma isolada, podemos perceber que o Estado através da medicina usa uma das formas mais eficazes de disciplina e controle, construindo no indivíduo uma subjetividade externa a ele. É interessante mencionar isso porque, sendo a subjetividade uma construção interna do próprio ser, na modernidade a medicina com seu discurso científico passou a ditar o que os corpos deverão fazer. O indivíduo não usa um produto porque ele quer ou gosta, mas porque o discurso médico diz que é o melhor para manter o corpo saudável; todos nós somos disciplinados e controlados pelo saber médico e, o que é mais incrível, sem

percebermos a dimensão do poder exercido pela medicina sobre a nossa vontade de tomar decisões. A medicina se tornou hegemônica sobre todas as áreas do saber, seja no âmbito familiar ou no mais alto escalão do jurídico. Se na Idade Média a Igreja detinha o poder sobre a alma e a corpo, na modernidade, o Estado se apropriou da medicina e de seu discurso de cunho científico para controlar os corpos.

Será que seria possível em pleno século XXI viver sem a intervenção do saber médico? Será que a crescente potencialização do discurso médico não passou a determinar as linhas gerais da política e da economia em nosso século? Ao analisarmos esses problemas à luz foucaultiana, podemos perceber que, desde os séculos XVII e XVIII, os indivíduos são submetidos a se enquadrarem nos parâmetros das mais variadas instituições que exercem um poder sobre seus corpos com o intuito de discipliná-los e controlá-los, para serem usados em seu benefício, seja na família, na fábrica, na escola, no hospital, prisão, ou em qualquer outra. Foucault passa a fazer uma introspecção sobre a sociedade e a definir as dimensões de controle que se derramava pela Europa, com o crescimento do capitalismo industrial.

Na obra *Vigiar e Punir* (1987, p. 163), Foucault cita que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Em suma, no efetuar da disciplina sobre os corpos, automaticamente se minimizaria o poder existente nele, tornando-os dóceis e utilizáveis. Pode-se afirmar que a medicina contemporânea na esteira da sua própria autonomia, se usufrui das mesmas técnicas para disciplinar e controlar os corpos que não correspondem ao patamar conceitual de “boa saúde”, controlando-os ao seu bel prazer.

No domínio medical, que praticamente coincide com todo o domínio do social, tais normas prescrevem comportamentos individuais e os métodos terapêuticos para que os indivíduos se mantenham dentro das normas. Nesse sistema, o poder medical é responsável, por um lado, por estipular as normas, e por outro, por aplica-las aos indivíduos (FARHI NETO, 2010, p. 31).

A medicina a cada dia com inovações e descobertas assustadoras, que transcendem o normal e a “ética tradicional”, apontando para uma saúde perfeita, criou uma nova utopia, a utopia do corpo perfeito. O indivíduo passou a ter a sua vida construída a partir do saber médico e de seus pressupostos para o futuro, é o que Foucault chama de “*Bio-História*”, o próprio saber médico passou a alterar o modo de vida humano e forçando-o a se adaptar a uma nova forma de vida, lhe dando certa “autonomia”. A história humana passou a ter seu ciclo alterado a partir da intervenção médica na própria história do corpo, “[...] para muitos pensadores, no final do século XIX, o corpo era um pedaço de matéria,

um feixe de mecanismo. O século XX restaurou e aprofundou a questão da carne, isto é, do corpo animado [...]” (MERLEAU-PONTY, 1960 apud COURTINE, 2008, p. 7). Por esse viés o médico como detentor do saber, passa a fazer uma dissecação no âmbito macro e micro dos corpos na prevenção de supostas doenças hereditárias ou virais.

A cada dia o saber médico abandona a exterioridade dos corpos, quando passa a conhecer e decidir sobre a vida, e se aprofunda na interioridade celular, agindo no ponto visceral desse novo âmbito do corpo, trazendo uma nova visão sobre o próprio corpo: se antes o saber médico pautava-se na observação macro para decidir o futuro do doente, na modernidade, tal saber se aprofundou na antecipação dos resultados, agindo no âmbito celular dos corpos.

Os corpos se expõem então coletivamente à investigação científica, na intimidade de seus sofrimentos e na publicidade de suas genealogias. Enfim, para aqueles que preparam ou recebem as consequências jurídicas e comerciais do conhecimento do genoma humano, a genética constitui um conjunto de predisposições e de probabilidades que permitem prever os comportamentos futuros de indivíduos aparentemente saudáveis e normais. O corpo genético é então o corpo quadriculado da população, corpo atravessado por normas e regularidades, lugar do controle e da formação do “eu”. (KECK; RABINOW, 2008, p 84-85).

Vive-se na era em que não existe área externa à medicina, tudo e todos, navegam por suas águas. Com o avanço da tecnologia nota-se um enfraquecimento na medicina clínica, ou seja, no ato de medicalização dentro da clínica ou hospital, o próprio olhar médico vai perdendo espaço diante das propagandas farmacológicas com bases científicas, e em meio às tecnologias da genética. É nesse ponto, nessa crescente tecnológica, que ao mesmo tempo em que há um enfraquecimento no olhar individual condicionado ao palpável, que o saber médico passa a aprofundar o seu poder sobre os corpos; se antes um indivíduo com algum distúrbio cerebral poderia ser submetido a pressupostos tratamentos na tentativa de descobrir o que causava tal dano, na modernidade, o saber médico potencializado pela *tecnomedicina* (ROSE, 2013, p. 25) pode implantar um chip no cérebro na parte afetada pela doença, mudando totalmente a própria construção da vida do indivíduo. Como já foi frisado acima, é o que Foucault chama de *Bio-História*, não se trata mais somente da cura da doença em si, mas na própria concepção sobre o “objeto e o sujeito”, a partir do momento que a medicina interfere na vida do doente, lhe promovendo a cura, ela não só altera o estado do corpo de doente para não doente, mas muda a própria construção histórica do indivíduo condicionando-o a uma nova percepção e adequação sobre a vida.

Com tal avanço o saber médico poderá decidir como o indivíduo viverá no futuro, e cabe aos corpos docilizados se perguntarem se estão caminhando em rumo a uma vida

sem doenças, e de uma saúde perfeita, ou estão sendo manipulados pelo discurso médico de uma utopia futura. Volto a frisar, a medicina não é neutra, quem nos garantirá tal ápice da vida sem doenças? É pouco provável, ela mesma passou a ser construída sobre discursos de coeficientes científicos fundados e propagados em bases políticas e econômicas, onde quanto mais remédio consumido melhor para as grandes empresas farmacêuticas. Até que ponto poderemos dizer que o saber médico é benéfico à sobrevivência da humanidade?

A medicina do século XXI transcendeu o olhar do médico, apoiando-se nas tecnologias a serviço da genética e de interesses da sua própria autonomia. *A priori*, com o avanço medicinal apoiado em sua cientificidade, ouve uma fragmentação no próprio saber médico, surgindo especialistas para as inúmeras áreas da medicina.

A “medicina” mesma também se transformou. Tornou-se tecnomedicina, altamente dependente de sofisticados equipamentos para o diagnóstico e a terapia. Ela tem sido fraturada por uma complexa divisão do trabalho entre especialistas. ***Os médicos perderam o monopólio do olhar diagnóstico*** [...] (ROSE, 2013, p. 25, grifos nosso).

Percebe-se uma dualidade paradoxal no saber médico, no cerne da fusão da medicina com as tecnologias de ponta: ao mesmo tempo em que o médico perde o monopólio do olhar clínico, o saber médico se potencializa nos diagnósticos de precisão que a tecnomedicina disponibiliza. É notável estar sobre as mesas dos médicos computadores com programas para lhes auxiliar na leitura dos diagnósticos de seus clientes. Em suma, tal saber médico se condicionou, como afirma Rose (2013), em procedimentos de prescrições médicas padronizadas e emolduradas corporativamente. O saber médico se tornou universal, ou seja, ouve uma padronização dos coeficientes de diagnósticos.

Se observarmos, mesmo falando da construção do saber médico do século XXI, com todo o seu avanço, me remeto novamente ao século XIX, onde o que vemos hoje não é novo, mas sim, aperfeiçoado, e nem algo pertencente somente ao século XXI, mas sim, uma construção e reconfiguração histórica aperfeiçoada da medicina. Na obra *O nascimento da Clínica*, Foucault fala sobre os quadros de doenças e seus pressupostos sintomas, onde o mesmo foi elaborado na tentativa de manter certa exatidão e potencialização do saber médico. Tal fato proporcionou um controle e conhecimento sobre as doenças, é claro que, com o passar dos anos, a medicina veio se complexificando e tornando-se cada vez mais precisa, atuando de forma específica sobre as doenças que permeiam e que poderão surgir sobre os corpos.

Percebe-se que, com o avançar dos anos a medicina tem passado por uma metamorfose histórica, transformando-se, em meio às suas negatividades e positivities,

um domínio cada vez mais preciso sobre o corpo, uma verdadeira “somatocracia”. O médico não precisa mais ficar empiricamente com o doente para analisá-lo, mas sim, analisá-lo geneticamente na prevenção de supostas doenças.

O diagnóstico genético estabelece uma relação particular entre o médico e o enfermo, dado que este dispõe de um tempo bastante longo para participar na investigação para erradicação de sua própria doença. O corpo do enfermo se torna o lugar onde se projeta a doença futura e onde se exerce a pesquisa presente: pode estar dos dois lados do microscópico, como objeto e como sujeito. (KECK; RABINOW, 2008, p. 91).

A medicina sobre a sua própria autonomia passou a interferir num ponto capilar da vida humana, modificando, ou melhor, manipulando a genética humana, rompendo assim com o que estava no seu normal para agir na individualidade da doença, passando a usar o próprio corpo como campo de projeção e de pesquisas de supostas doenças, que tem prognósticos de surgimento ao longo de 5, 10 ou 20 anos depois. Essa interferência do saber médico na vida do indivíduo saudável, no atual momento, desencadeia uma reordenação em sua vida, como: mudanças em seus hábitos; alimentação; prática de esportes; um aumento nos check-ups, ou seja, o paciente saudável terá que construir uma nova vida sobre a esteira conceitual do saber e poder médico. Se no século XX, com a criação do plano Beveridge, a medicina passou por uma estatização, surgindo o Estado providência, com a responsabilidade de cuidar dos corpos, no século XXI ela passou a agir pelo viés da sua própria autonomia, agindo dentro e fora dos poderes estatais e se entrelaçando nas mais variadas ramificações de poderes existentes na sociedade.

Para Foucault, porém, “não há nenhuma dúvida, a medicina foi muito além. Para além da solicitação do doente, é a medicina que se impõe a ele, em “ato de autoridade”. A medicina judiciária, os exames médicos no campo do trabalho, os check-ups aconselháveis ou obrigatórios são alguns exemplos do poder medical, cujas funções normalizadoras de bordam a demanda do paciente. Para além da doença, a própria saúde se constitui como campo para a intervenção medical. As políticas de prevenção de doenças e de controle da saúde, o acompanhamento médico constante não remete diretamente à patologia, mas significam a abertura da saúde como domínio medical (FARHI NETO, 2010, p. 30).

Voltamos a remeter ao termo usado por Foucault (2010, p. 178), de “Bio-História”, no qual o mesmo fala que “o médico e o biólogo já não trabalham no nível do indivíduo e de sua descendência; começam a fazê-lo no da própria vida e de suas ocorrências fundamentais”. Não saberemos até que ponto a medicina elevará ou decairá a espécie humana, será que tal saber chegará ao ponto de produzir um ser humano fundado na exatidão de seus experimentos? Se no século XXI a medicina já apresenta a sua nocividade

sob as intempéries do corpo humano, é imprevisível o destino humano nos próximos séculos. Hoje o indivíduo está tendo a sua vida construída, modificada e potencializada para suportar determinadas doenças, mesmo que no exercício da administração contraia efeitos colaterais danosos à própria saúde. O conceito de *indivíduo indivisível* perde a cada dia espaço frente ao poder medical. Hoje o corpo não é algo intocável, sagrado, inviolável, como era na Idade Média, mas tornou-se um produto comercializado e membro constitutivo de uma economia mundial. Em suma, todos os corpos são produtos animados da medicina.

[...] Mas, o que se pode e deve saber são os *parâmetros gerais e essenciais* que nortearão essa sociedade. Porque estes parâmetros são abstraídos do próprio processo histórico-social. [...] são apenas momentos, mas momentos reais, efetivos, que a razão faz emergir ao analisar o concreto processo histórico. A partir deles, e sempre norteados por eles, é possível, sim, “fazer o caminho caminhado” (TONET, 2003, p. 11).

Em síntese, não dar para prever o futuro, e nem como será a vida da espécie humana sob o poder da medicina, e se realmente ela se definirá como detentora da salvação frente às fragilidades do corpo, ou, se nos conduzirá a uma utopia camuflada pelo discurso científico do corpo perfeito. Mas, cabe aos indivíduos identificar os parâmetros médicos essenciais que regem, moldam e controlam a vida, segundo Tonet “é preciso fazer o caminho caminhando”.

CONCLUSÃO

No desenvolver deste estudo foi analisado como o saber médico veio se construindo e sustentando seu discurso sobre uma cientificidade incontestável. Passando a controlar os corpos doentes e saudáveis com o discurso da cura e posteriormente da vida saudável. A biomedicina passou a manipular a vida do indivíduo que, sendo destituído de sua subjetividade natural, passa a ter uma subjetividade artificial criada pelo discurso médico. Em suma, o indivíduo passa a modificar a sua estrutura de vida biológica e social para seguir a rigor o que o médico diz acerca do que é o melhor para se obter uma vida sem doenças. Entretanto, tal discurso é camuflado pela ideia da saúde perfeita, mas observa-se que existe uma crescente potencialização de uma macroeconomia da vida alienável pela medicina. O que nos ocorrerá no futuro, com o avanço das biotecnologias, não dá para prever; se a humanidade alcançará seu mais alto limiar de perfeição é incerto

afirmar isso, porém um ponto essencial de análise nesta pesquisa em andamento é o fato de a medicina ter tornado a vida um produto comercializável.

REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques ; VIGARELLO, Georges (Org.). **História do Corpo**. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 7-13. v. 3.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. **Vigiar e Punir**: o nascimento da Prisão. Tradução, Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes 1987.

_____. A crise da medicina ou crise da antimedicina. Tradução de Heliana Conde. **Verve**, n. 18, p. 167-194, out. 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/8646/6432>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FARHI NETO, Leon. **Biopolíticas**: as formulações de Foucault. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2010.

KECK, Frédéric; RABINOW, Paul. Invenção e Representação do Corpo Genético. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques ; VIGARELLO, Georges (Org.). **História do Corpo**. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 83-107. v. 3.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques ; VIGARELLO, Georges (Org.). **História do Corpo**. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 15-82. v. 3.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida**: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. Tradução de Paulo Ferreira Valério. São Paulo: Paulus, 2013.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca (Org.). **Trabalho, Sociabilidade e educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Ed. UFC, 2003. (Coleção Diálogos Intempestivos; 14).

Recebido para publicação em 13/11/2015

Aceito para publicação em 14/01/2016